



## A INVENÇÃO DO BRASIL PÓS-BRASÍLIA: HISTÓRIA DE HOMENS BRANCOS

### FLAVIO ANTONIO DUGO BRAGAIA

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade. Rua Saturnino de Brito, 224, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas – SP – CEP: 13083-89  
<https://orcid.org/0000-0002-6302-016X>  
[flavioadbragaia@gmail.com](mailto:flavioadbragaia@gmail.com)

Recebido: 09/01/2023

Aprovado: 06/09/2023

### RESUMO

Ao nos debruçarmos sobre as edições das revistas Acrópole, Habitat e Módulo, publicadas entre a inauguração de Brasília e o Golpe Militar de 1964, nos damos conta de que, além das referências teóricas e projetuais, a leitura feita por arquitetos e urbanistas sobre seu objeto de trabalho informa e é informada por uma determinada maneira de contar a história do Brasil, e de encarar questões relacionadas à cultura, política e identidade, que conserva parte de sua estrutura até hoje. Nesse sentido, este artigo aborda três diferentes abordagens historiográficas, as quais, ao longo do período estudado, encontraram espaços de destaque nas revistas mencionadas. Nosso objetivo é examinar os termos empregados por aqueles que, durante um momento de intensa movimentação política, econômica e social no Brasil, procuravam escrever e reescrever a história do país.

Palavras-chave: Folclore. Miscigenação. Racismo. Arquitetura e urbanismo. Cultura.

### ABSTRACT

As we delve into the editions of the magazines Acrópole, Habitat, and Módulo, published between the inauguration of Brasília and the 1964 military coup, we realize that, besides theoretical and design references, the interpretation made by architects and urbanists about their field of work informs and is informed by a particular way of narrating the history of Brazil and addressing issues related to culture, politics, and identity, which still retains part of its structure to this day. In this sense, this article addresses three different historiographical approaches, which, during the studied period, found prominent spaces in the mentioned magazines. Our aim is to examine the terms employed by those who, during a moment of intense political, economic, and social activity in Brazil, sought to write and rewrite the history of the country.

Keywords: Folklore. Miscegenation. Racism. Architecture and urbanism. Culture.



## INTRODUÇÃO

Hoje se destacam as marcas de branquitude de autores que, no passado, contaram as histórias da nação brasileira. Essa afirmação é possível a partir do entendimento de que raça é um sistema de categorização político, fundamental para a constituição das cidades brasileiras, tanto na esfera institucional, de políticas públicas, quanto na esfera material, de construção de espaços. A Lei de Terras (1985) que antecedeu a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1989) é um exemplo clássico de política pública de segregação espacial baseada em critério de raça, ao barrar o acesso de ex-escravizados e seus descendentes à propriedade de imóveis. Uma série de trabalhos recentes, como a tese de Fabíola López-Durán (2019), *Eugenics in the Garden: Architecture, Medicine, and Landscape from France to Latin America in the Early Twentieth Century*, procuram demonstrar o objetivo, ora mais, ora menos, explícito de segregação espacial baseada em raça e embranquecimento da população presente em políticas públicas ligadas ao espaço urbano implementadas no Brasil ao longo da primeira metade do século XX. Dessa forma, é possível observar tais políticas públicas como continuidade de um processo de genocídio ao qual foi submetida a população não branca no Brasil.

A ideia de que o racismo é estrutural e sistêmico na sociedade brasileira não é nova e vem sendo demonstrada por uma série de autores, como Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento (2016), autor de *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, escrito em 1977 como crítica à ideia de democracia racial — conceito caro para a ditadura militar, cuja sistematização é atribuída ao livro *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933 — e publicado pela primeira vez como livro em 1978 (SANTOS, 2020). É possível estabelecer relações entre esses conceitos e a ideia de tecnologia, conforme descrita por Foucault, o que nos leva à noção foucaultiana de biopolítica e, na mesma linha, à noção de *necropolítica*, de Achille Mbembe (2018 [2003]), o qual tem Frantz Fanon como uma grande referência. Mbembe fala so-

bre corpos como objeto de políticas públicas, as quais têm como fundamento a escolha, baseada em raça, de quem deve viver e quem pode ou deve morrer.

Esse debate ainda nos leva a noções de *pós-colonialismo*, termo que abarca teorias desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX e que analisam os efeitos contemporâneos de relações colonialistas anteriores; e *descolonialismo*, conjunto de teorias de origem latino-americana que procura romper com lógicas eurocêntricas, considerando que os principais autores do pós-colonialismo são, em sua formação, europeus, e que, apesar de reconhecer que existem relações de exploração entre países, a teoria pós-colonial em geral não reconhece, nessas relações, a permanência de mecanismos que ainda permitem caracterizá-las como relações colonialistas.

O presente artigo faz parte de uma pesquisa que, a partir da leitura e análise de textos e projetos publicados nas três principais revistas de arquitetura e urbanismo do Brasil — *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* — entre a inauguração de Brasília e o Golpe Militar de 1964, procura estabelecer relações entre o campo da arquitetura e do urbanismo, de um lado, e o campo da economia e política, de outro. A leitura e a sistematização do conteúdo publicado nas 69 edições da revista *Acrópole*, 28 edições da revista *Habitat* e 23 edições da revista *Módulo*, publicadas entre dezembro de 1959 e dezembro de 1965, permitem afirmar que a inauguração de Brasília despertou um novo interesse pela história do Brasil e colocou em xeque noções em torno de uma possível identidade brasileira, sob a perspectiva de que a industrialização e a consequente urbanização aceleradas levariam o país à ruptura com a condição de colônia subdesenvolvida. Nesse contexto, escrever e reescrever a história do Brasil parece ter sido um esforço não apenas no sentido de justificar ou criticar a transferência da capital, mas também de examinar o estado atual do Brasil para, a partir do que era dado, implementar um novo projeto de país. Sob o olhar de hoje,

observamos, nos textos publicados naquelas revistas, um modo de pensar marcado pela categorização baseada em raça. O objetivo deste artigo, consideradas as observações anteriores, é identificar alguns dos termos empregados por aqueles autores da *Acrópole, Habitat e Módulo* que lançaram mirada sobre a história do Brasil.

## 1

Em 1959, a *Acrópole* anunciava, no número 254 (dez. 1959), uma nova seção, organizada por Adhemar Chaves, buscando contar a história do Brasil a partir de diferentes cidades e personagens, ora em “fichas” na primeira página, com um pequeno texto e uma imagem, ora em matérias no corpo da edição.

No processo de desenvolvimento da terra brasileira, é sempre, em primeiro lugar, a torre da igreja que desponta, cume protetor de uma cidade que em torno dela fatalmente surge. Depois, as habitações vão se multiplicando, impulsionadas por forças de um progresso incontestável.

Sempre foi assim, tanto no Norte como no Sul. E, não obstante predominar em nossos dias uma arquitetura evoluída, ainda temos espalhados — para glória do patrimônio nacional — verdadeiros berços e sacrários da Antiguidade Clássica. Se olharmos os núcleos geradores europeus de onde têm partido a salvação do espírito latino, veremos que somos um povo sem tradição.

Mas, se atentarmos um pouco para o que temos, quer no litoral ou no interior, então travamos consciência das proporções de nossos próprios recursos... (CONHEÇAMOS..., 1959, p. 3).

O texto apresenta noções importantes, que estruturam uma certa maneira de olhar para o passado contida na revista, ainda que não exclusivamente, quais sejam: as cidades brasileiras foram fundadas pela Igreja Católica; a colonização pelos europeus foi um processo civilizatório e, pelo viés religioso, um processo de salvação; é isso que nos faz brasileiros, quase europeus, detentores de um legado clássico. Para os responsáveis por essa seção, a história do Brasil começa em 1500. A edição 259 (abr. 1960) comemora os 460 anos do “descobri-

mento”, com ficha sobre Porto Seguro, Bahia, “berço da nacionalidade” (ARRUDA; CHAVES, 1960); a edição 265 (nov. 1960), publica ficha sobre Arraial D’Ajuda, Bahia, “antessala de Porto Seguro”, que, por sua vez, recebe a alcunha de “nascidouro do Brasil” (CHAVES, 1960c).

Na edição 255 (jan. 1960), Chaves (1960l) apresenta, em ficha, São Luiz do Maranhão, e publica a matéria “Alcântara: monumento histórico nacional”, na qual descreve, de forma saudosa, a cidade maranhense, lugar antigamente rico e nobre. Quando o texto era escrito, de acordo com o autor, a cidade estava no seguinte estado: repleta de ruínas, que, com as recentes medidas de proteção, ganhavam atenção; havia energia elétrica, mas não havia água encanada; havia apenas uma fonte de água potável, em praça pública, chamada Mirititua. Não há menção aos povos originários, mas há importantes referências aos povos escravizados.

O pelouro, obra-prima rara e possivelmente única existente no Brasil em seu estilo, é esculpido em mármore branco, atingindo cerca de 6 m de altura por uns 60 cm de diâmetro, aumentando algo em cima, na cabeça. Foi salva da destruição em 1889, quando grupos exaltados destruíram o pelouro de São Luís, com golpes de machado e marreta. Um patriota enterrou-lhe alhures e somente quase 70 anos após foi localizada pela velha escrava Mão Calú, em frente à matriz. Restaurado, o pelourinho surgiu esplendoroso em 24 de dezembro de 1948, tricentenário da elevação de Alcântara à vila (CHAVES, 1960b, p. 101).

Para o autor, a Proclamação da República e o ataque a elementos que representavam o Império e a escravidão foi um ato de violência. A ideia de colonização como necessário ato civilizatório é o fio condutor dos textos de Chaves na *Acrópole* 262 (ago. 1960), que contam brevemente a história da “grandiosidade do trabalho da Companhia de Jesus em prol da formação histórica de nossa pátria”, celebrando, de passagem, Lucio Costa por sua atuação no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (CHAVES,

1960e, 1960f, 1960k). Há menções elogiosas ao trabalho do SPHAN na preservação das ruínas deixadas pelos Sete Povos das Missões, também na edição 23 da revista *Módulo* (jun. 1961), em texto de José Reznik, “Redução de São Miguel”. De acordo com o autor, o empreendimento jesuíta no Rio Grande do Sul foi, por algum tempo, bastante bem-sucedido e próspero. Nele, os povos indígenas conviviam com os jesuítas em harmonia, perpetuando seus costumes, enquanto aprendiam a ler, escrever, cantar e tocar instrumentos, como europeus. A hipótese do texto parece ser a de que os povos indígenas foram alegremente catequizados porque estavam protegidos dos inimigos por aquela ordem católica (REZNIK, 1961)..

Há diversos outros textos que, em linhas gerais, reproduzem esse olhar sobre o papel do catolicismo em meio aos processos de colonização do Brasil pelos portugueses, textos que vão da ficha sobre a cidade de Mariana, publicada na edição 258 da *Acrópole* (mar. 1960) (CHAVES, 1960a), passando por “Campanários e sinos”, de Pierre Reithler (1960a, 1960b), publicado em duas partes, nas edições 258 e 259, ao “Capelas alpendradas de São Paulo”, por Carlos Lemos (1960a, 1960b), publicado também em duas partes, nas edições 260 e 261. Por um lado, Carlos Lemos estrutura o texto a partir de referências que hoje reconhecemos como estruturalmente racistas, como o já mencionado *Casa-grande e senzala*; por outro lado, é um dos poucos autores no corpus da pesquisa que, ao escrever sobre temas históricos, faz referência direta aos povos indígenas. O tratamento comum dado à cultura dos povos originários, sobretudo nos textos de Chaves, é o apagamento. Na edição 260 da *Acrópole* (maio 1960), Chaves (1960g) apresenta Itaimbezinho, um conjunto de escarpas próximo de Torres, Rio Grande do Sul, explicando que o nome da cidade é composto pelas palavras “ita” e “imbê”, que significam “pedra” e “vegetação que se agarra”, sem nomear a língua da qual essas palavras fazem parte, e sem fazer nenhuma outra menção aos povos nativos.

Na edição 261 da *Acrópole* (jun. 1960), o autor apresenta o Morro da Queimada, em Ouro Preto, Minas

Gerais, afirmando que a Revolta de Vila Rica, a Inconfidência Mineira e a Proclamação da Independência são os três principais marcos da luta heroica do povo brasileiro (CHAVES, 1960i). Entre outras menções a episódios da “história de heroísmo” do povo brasileiro, destacamos, na edição de número 264 (out. 1960), a apresentação do Monumento aos Mortos da Guerra do Paraguai, erguido em Florianópolis, citando o nome antigo da ilha de Santa Catarina, Jurerê-mirim, e seu significado, “boca pequena”, novamente sem mais referências aos povos nativos (CHAVES, 1960h).

Na edição 266 (dez. 1960), o autor deixou evidente o caráter conservador dessa história de heroísmo ao apresentar a Praia de Torres, Rio Grande do Sul, “irmão sulista” de São Paulo, administrada pela Sociedade Amigos da Praia de Torres, “erguida por homens de boa vontade, qual farol para aqueles que desejam servir a si, à família, à sociedade e ao Brasil” (CHAVES, 1960j). Também naquela edição, o Chaves descreveu as ruínas históricas de Bertioga, como o Forte São Tiago, ou São João, que resistiu “a todas as violências — dos índios, dos piratas, das ondas em tremendas ressacas, do tempo e dos homens destruidores e indiferentes” (CHAVES, 1960d, p. 76).

Em março de 1961 (n. 269), “Paulo Afonso, redenção do Nordeste”, ele retomou o tema dos grandes empreendimentos civilizatórios em texto sobre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHAVES, 1961e; PAULO AFONSO..., 1961). A ideia de que a indústria salvaria o Nordeste também é central em “Delmiro Gouveia: profeta e industrial nordestino”, publicado na *Acrópole* 275 (out. 1961), ensaio sobre a história de um dos “três reis do sertão”, no começo do século XX, ao lado do coronel Ulisses Luna e do cangaceiro José Rodrigues (CHAVES, 1961b, p. 396-397).

Na *Acrópole* 267 (jan. 1961), Chaves escreveu sobre a lenda de Nossa Senhora da Vitória, imagem em pedra que teria sido deixada por uma misteriosa mulher, a qual “viera em socorro de nossas tropas na hora crucial” na disputa pelo Maranhão entre portugueses, de um lado, e franceses e indígenas referidos pelo au-

tor como povo cumã, de outro, desaparecendo após milagrosamente garantir a vitória lusitana. No texto, “nossas tropas” eram as tropas portuguesas. Ao afirmar que “a história do Maranhão, segundo alguns escritores, começou antes da descoberta do Brasil”, não porque ali havia povos nativos, mas porque a região teria sido “descoberta” por europeus, em 1497, o autor sugere que, para ele, no Brasil, os povos indígenas são estrangeiros (CHAVES, 1961d)..

Na edição 268 (fev. 1961), Chaves apresentou alguns eventos e costumes da “época áurea” de exploração das jazidas de ouro em Minas Gerais, quando “foram relaxados os cuidados técnicos e houve um desabamento que soterrou centenas de escravos, que tiveram um dos mais ricos túmulos, em ouro magnífico” (CHAVES, 1961a). O autor também publicou “Estrada de ferro Madeira-Mamoré”, escrito em 1955, por ocasião de sua visita à região, contando a história da ferrovia inaugurada em 1912, famosa não por suas qualidades técnicas, mas pela quantidade de vidas tomadas durante o empreendimento, “ceifadas aos milhares, quer de americanos, ingleses e barbadianos, quer de brasileiros”; cenário “agravado possivelmente pela maldição dos pajés americanos ameaçados em suas malocas pelos ‘caraíbas’ invasores” (CHAVES, 1961c, p. 155) — à época, a ferrovia ainda funcionava, mas o autor identificava um movimento de decadência atribuído de modo indireto à chegada do avião a Porto Velho.

Entre outubro de 1961 e dezembro de 1965, Chaves não publicou outros textos, exceto “As estradas imperiais do café”, na edição 305, de abril de 1964, mês e ano do Golpe Militar. Naquele ensaio lê-se:

Em 1888, sofre o café um gravíssimo colapso resultante da Lei Áurea, cujos braços escravos são libertados. O grande ato de humanidade da libertação do negro foi, porém, tremendo em seus efeitos econômicos não só na Baixada Fluminense, como também nas montanhas e outros locais nos quais a mão escrava era soberana e única. A Baixada Fluminense — ferida gravemente pela pancada da Abolição, com seus engenhos para-

dos, quais esqueletos enormes de uma estrutura econômica morta e baseada em suor, sangue e lágrimas de escravos comercializados como bestas humanas — torna-se teatro de acontecimentos dantescos com o retrocesso à barbaria inicial. É a recua da escravaria retirante que marcha sempre sem rumo e que, premeida pela fome e miséria absolutas, semeia, em todos os cantos, a tristeza consternadora que deixa o homem que passa, acampa e vai-se embora (CHAVES, 1964, p. 39).

Chaves lamenta a abolição da escravatura porque atribui a esse ato o início de uma crise econômica, causada pela escassez de mão de obra, e social, causada pelo desamparo relegado ao enorme contingente de ex-escravizados. Em maio de 2020, “Jair Bolsonaro levou um grupo de empresários ao Supremo Tribunal Federal (STF) [...] para relatar ao presidente da corte, ministro Dias Toffoli, os impactos do isolamento social na iniciativa privada” (TEIXEIRA et al., 2020). O então presidente da República, junto de seus aliados, lamenta a imposição de isolamento social, medida que teve como objetivo a mitigação dos impactos da pandemia de covid-19 e a contenção do número de mortes. “Um dos integrantes do grupo de empresários chegou a comparar a situação da indústria com os efeitos da covid-19 na saúde ao dizer que haverá mortes de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)” (TEIXEIRA et al., 2020).

## 2

Na revista *Habitat*, em texto da edição 60 (maio/jun. 1960) sobre o recém-inaugurado Museu de Arte da Fundação Álvares Penteado (FAAP), lê-se: “A nossa condição de ser é a derivada da colonização portuguesa, única na América Latina; a mestiçagem com o índio é a mais reduzida do hemisfério Sul; a influência das participações negras a mais constante e numerosa.” (ARTE..., 1960, p. 2). Esse é, em geral, o tom das abordagens sobre cultura e produção denominadas “populares”. A ideia de miscigenação como característica brasileira fundamental foi flagrante na edição 61 da *Habitat* (jul./ago. 1961), sobretudo em “Arte erudita e a cerâmica caipira”, de Cassio M’boy. Naquele

ensaio, o artista descreve a ocupação do Planalto de Piratininga como uma aventura de portugueses que, em busca de ouro e prata, encontraram refúgio além da serra do mar, às margens do rio Tietê. Piratininga como uma aventura de portugueses que, em busca de ouro e prata, encontraram refúgio além da serra do mar, às margens do rio Tietê.

O caldeamento de raças, auxiliado pelo desprezo do preconceito de cor, de origens ou castas, processou-se rapidamente no Planalto, resultando um tipo de brasileiro [no qual] grupos de europeus, indígenas e africanos equitativamente contribuíam para o seu aparecimento. Esse tipo é o caipira. (Não confundir caipira com o pária Jeca Tatu, genialmente criado pela ficção) (M'BOY, 1960, p. 58).

M'boy descreveu folclore como caipirismo, uma ciência capaz de desvendar as origens e caracterizar a arte das famílias originárias do Vale do Paraíba. Essa edição também publicou a notícia “Enfim, o monumento a Caxias”, sobre a inauguração da estátua de Victor Brecheret na praça Princesa Isabel, em São Paulo: “Acabou indo para um logradouro acanhado, caipira, com ar de cenário de filme colonial, não obstante talladas e gomos de arranha-céus” (ENFIM..., 1960) Lado a lado, podemos observar dois usos distintos para “caipira”.

Naquela mesma edição, havia matéria sobre o “conjunto de peças de arte negra que a Galeria Ambiente expõe”. O texto, que falava sobre as peças consideradas representativas de povos primitivos não civilizados, mencionou a ocupação portuguesa no Benin sem nenhuma referência direta à escravidão (VIEIRA, 1960, p. 30-31). Na *Habitat* 66 (1961), publicou-se “As culturas no continente africano”, que, de modo excepcional, estabeleceu importante contraponto à ideia de que os povos africanos são primitivos ou selvagens.

Revelam os líderes africanos de hoje que a história da África, como foi apresentada ao mundo, não só abunda em erros, como também compreende falsificações propositadas.

Se assim não fosse, por que razão teria sido proibido na França, recentemente, um filme documentário, premiado, de Chris Marker, sobre a escultura africana e que terminava com a pergunta: “Por que estão estas obras no Museu Antropológico e não no Louvre?” (AS CULTURAS..., 1961, p. 47-48).

Na *Habitat* 64, o tema da miscigenação voltou a ser conceito central por meio do ensaio “Um folguedo popular paulista do século XVIII”, de Rossini Tavares de Lima, secretário-geral da Comissão Paulista de Folclore e membro do Conselho Técnico da Associação Brasileira de Folclore (FOLGUEDO..., 1961). “Este costume europeu, de organizar farranchos com índios, ou gente vestida de índio, o que era mais comum, não demorou a ser trazido para cá, terreno favorável para sua maior difusão” (LIMA, 1961, p. 48). O texto prosseguia descrevendo as possíveis origens de uma festa popular que teria surgido essencialmente como um desfile de pessoas exóticas para o divertimento dos homens brancos europeus.

O tema da arte caipira foi retomado na edição 62 da *Habitat* (1960), em que Américo Pellegrini Filho publicou “Figuras de presépio do Vale do Paraíba” (PELLEGRINI FILHO, 1960). O texto contava a história da manufatura de presépios pelos habitantes do Vale do Paraíba, ao mesmo tempo em que narrava sua viagem pelo interior de São Paulo e reproduzia diálogos entre ele e os figureiros. Alguns desses personagens eram brevemente descritos, incluindo sempre a cor da pele, sempre preta. Os diálogos foram escritos de forma a emular a fala caipira.

Na mesma toada, no ano seguinte, na *Habitat* 63 (mar. 1961), o texto de Alfredo João Rabaçal (1961) — membro da Comissão Paulista de Folclore e da Associação Brasileira de Folclore —, “Figurinhas e figureiros do bairro de São João”, retomava alguns dos temas tratados por M'boy (1960) em “Arte erudita e a cerâmica caipira”, descrevendo a grande gama de figuras de barro produzidas no bairro da cidade de Taubaté, São Paulo.

A *Habitat 65* (1961) publicou “Cerâmica folclórica do bairro de São Francisco”, assinado pela equipe da Comissão Paulista de Folclore (CPF), do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). De acordo com o texto, no bairro de São Francisco, em São Sebastião, São Paulo, havia grande quantidade de pessoas, sobretudo mulheres, que confeccionavam painéis e outros utensílios de barro. Com o avanço das construções, em especial das casas de veraneio, sobre os terrenos nos quais estavam as reservas de barro e com a popularização dos utensílios de alumínio, as “paneleiras” abandonaram o ofício. Havia apenas uma artesã ainda ativa, Adélia da Ressurreição, descrita pelo texto como “uma mulher branca, casada, com mais de quarenta anos, analfabeta como seu marido, Mário da Ressurreição, que é pescador. Ela “reside à rua Santana, e aprendeu a fazer ‘lôça’ com sua mãe, Antonia Bassotti” (ANDRADE FILHO, 1962; KARMANN, 1962; LIMA et al., 1961, p. 60). O relatório descrevia o trabalho, a técnica e as peças da personagem, entremeado por citações e expressões escritas de forma a reproduzir o português falado, como em “Figuras de presépio do Vale do Paraíba” (PELLEGRINI FILHO, 1960).

É preciso reconhecer que, ao longo deste recorte, os textos publicados nas revistas *Acrópole*, *Habitat* e *Módulo* tiveram sua importância no sentido de fazer conhecer elementos da cultura não erudita brasileira, caros desde os primeiros desenvolvimentos do movimento moderno na arte e na arquitetura no país. Não obstante, também é preciso reconhecer que são textos cujos argumentos foram construídos sobre bases eurocêntricas, a partir das quais os brasileiros olham para si mesmos como “povo exótico”, ou os brasileiros brancos olham para os brasileiros não brancos como estrangeiros. Cultura e folclore se tornam categorias distintas.

### 3

Na *Acrópole* 274 (set. 1961), em “Partido arquitetônico paulista em Goiás”, Carlos Lemos procura sustentar a hipótese na qual as casas bandeiristas fundam uma arquitetura típica paulista, refletida nas escolhas de projeto de arquitetos modernistas de São Paulo.

Entre nós, a designação de frontispício paulista é válida porque foi o mameluco de serra acima que o adotou, transformando-o em característica regional, compromissando-o com a taipa de pilão, vinculando-o de tal maneira com a planta da casa, com o programa, com o modo de vida, que, às vezes, ficamos pensando se a fachada decorre do planejamento interno da residência ou se a planta é constantemente simétrica e daquela maneira agenciada para alcançar aquela fachada pré-estabelecida (LEMONS, 1961, p. 361-362).

O autor faz parte de um grupo de interessados nos registros históricos materiais, procurando, nas construções antigas e nos registros deixados ao longo do processo de ocupação do território, pistas sobre modos de construir que informam e fundamentam a arquitetura do presente. É notável que, assim como “Capelas alpendradas de São Paulo”, do mesmo autor, “Partido arquitetônico paulista em Goiás” tem Gilberto Freyre como referência central.

Na *Módulo* 29 (ago. 1962), em “Um tipo de casa rural do antigo Distrito Federal e estado do Rio [de Janeiro]”, Joaquim Cardozo, então funcionário do SPHAN, comenta sobre a falta de atenção dada pelos historiadores brasileiros à arquitetura comum, ofuscada pela arquitetura religiosa, deixando de lado significativos registros da história do Brasil. A aposta vai no sentido de que tal constatação é o início de uma mudança na maneira de enxergar a arquitetura, não mais como uma série de edifícios isolados, mas como um campo delimitado. Assumindo postura distinta da de Lemos, Cardozo aponta para a ideia de que a identidade do homem branco não é universal e tem contornos bem definidos (CARDOZO, 1962; VASCONCELLOS, 1964).

Ao observarmos os textos que tratam de construções históricas, tornam-se evidentes as fronteiras entre a *Acrópole* e a *Habitat*, sediadas em São Paulo, e a *Módulo*, sediada no Rio de Janeiro. Em 1962, a *Habitat* 69 (set.) publica “Velha Dama à Beira-Mar Sentada, Paraty pretende ser paulista”. Com texto de Ewaldo

Dantas Ferreira e imagens de Alice Brill, o trabalho descreve e conta — com muitas imprecisões — a história da cidade que Lucio Costa teria chamado de “o conjunto arquitetônico mais puro do Brasil” (FERREIRA; BRILL, 1962, p. 2). O título do texto faz referência a ideia de que, de acordo com o autor, à época havia um movimento no sentido de fazer com que Paraty, Rio de Janeiro, passasse a fazer parte do estado de São Paulo.

Em edição de comemoração do 25º aniversário da publicação, a Acrópole 295/296 (jun. 1963) propôs uma série de reflexões sobre São Paulo, exaltando a cidade, alçando a colina histórica ao status de acrópole paulista. Foram publicados textos de Aziz Ab’Saber, Luiz Saia e Jorge Wilhelm.

Em “O sítio urbano inicial da aglomeração paulistana”, Ab’Saber (1963a) descreve “o problema das paisagens originais” de São Paulo, à época com 4 milhões de habitantes, qual seja: a dificuldade de descrever com precisão as características consideradas originais da área ocupada pela mancha urbana, e de estabelecer limites entre a natureza e o resultado da ação humana. Em outro texto publicado na mesma edição, “Originalidade do sítio da cidade de São Paulo”, Ab’Saber (1963b) procura delinear respostas para questões anteriormente construídas, concluindo que a cidade é uma exceção, considerada a maneira típica portuguesa de ocupar o território nas colônias, e que por sua localização *sui generis*, era o ponto de encontro entre o litoral e o interior.

Em “Notas para a teorização de São Paulo”, Saia, que ratifica a ideia de que São Paulo era uma exceção considerando o *modus operandi* da colonização portuguesa na América, levanta alguns dos mais importantes traços característicos da “unidade paulistana”, aqueles elementos de importância histórica e que cumprem papel estrutural para a conformação física e cultural da cidade (SAIA, 1963, p. 209). É fundamental para a narrativa sobre as Bandeiras e o cultivo de café a ideia de que os povos indígenas são elementos da natureza, como as intempéries e os animais selvagens. “A vitória

formal sobre os índios que ameaçavam São Paulo” é uma das marcas da “vitória da tese dos colonos” (SAIA, 1963, p. 211). A miscigenação teria garantido as “bases biológicas” a partir das quais a população de São Paulo enfrentou as adversidades naturais. “O mameluco é mais do que um homem livre, é um homem liberto, peça principal da sociedade. Para sua produção, os colonos transformaram seus estabelecimentos em verdadeiros haras, com tantos filhos mestiços que nem sabem o número” (SAIA, 1963, p. 212). Na mesma edição, Wilhelm (1963, p. 227-229) publica “São Paulo: seus pontos de encontro” e afirma: “À figura do mameluco, sempre identificado como ‘conhecedor da terra’, juntou-se posteriormente à do mulato e à do escravo, especialmente à do escravo liberto do século XIX, que se entrosava bem na intensa atividade comercial da cidade boca de sertão”.

Saia conta a história do crescimento da cidade de São Paulo a partir da evolução do número de habitantes, procurando demonstrar que, na década de 1960, o congestionamento do centro e o espraiamento da periferia, as grandes distâncias entre as áreas produtoras e consumidoras de produtos básicos e a oferta deficitária de infraestrutura e serviços públicos eram problemas crônicos. O texto afirma que a indústria brasileira contava com “um contingente de habitantes em estágio artesanal, situado numa posição especialmente favorável para evoluir rapidamente para o estágio técnico”, de forma que, no Nordeste, haveria um contingente populacional elevado, mas com baixa preparação técnica para a indústria, e, no Sul, haveria contingente populacional discreto, mas com elevada preparação técnica graças à imigração europeia (SAIA, 1963, p. 220). Na mesma toada, Wilhelm (1963, p. 223-225), que fala da necessidade de um plano diretor para a cidade e da “urgência duma política que defina e encaminhe a reforma urbana”, afirma que os imigrantes europeus traziam consigo “uma base artesanal importante”, fundamental para o processo de industrialização.

Saia (1963, p. 220) aposta na ruptura com a dualidade cidade-campo e com abordagens estritamente técnicas e capitalistas, como atos de resistência, em prol de

abordagens tecnológicas e sociais (ARANTES, 2009; TAVOLARI, 2016). Para ele, era preciso resgatar posições “primitivas”.

Os serviços concedidos continuam... concedidos, e na mesma situação de déficit, que não resulta da incapacidade técnica das concessionárias, como geralmente se pensa, mas simplesmente porque a categoria atual desse serviço não suporta mais a solução de nível técnico e capitalista. O que acontece no setor de energia elétrica é bem elucidativo. [...] Subordinar coisas de tamanha importância aos interesses capitalistas que a concessionária defende, como é o seu papel, representa inverter a hierarquia dos valores em pauta. A categoria reivindicatória dos serviços públicos é defesa de um bem social. Aí, a solução técnica há que necessariamente estar condicionada e jamais ser condicionante, como acontece (SAIA, 1963, p. 213-219)..

## CONCLUSÃO

Saia (1963) afirmava que o Nordeste, região na qual, segundo ele, a população é majoritariamente negra, era uma região atrasada, enquanto o Sul, região de população predominantemente branca, era uma região avançada. Ao mesmo tempo, defendia a ideia de que o Estado deveria ser forte e estabelecer resistência diante do avanço capitalista como forma de garantir dignidade aos habitantes das grandes cidades. Publicado ao lado de textos de Ab’Saber (1963a, 1963b), o texto de Saia corrobora a ideia de que, tanto quanto a geografia, a miscigenação é fundamental para a cidade de São Paulo e, por extensão, para as outras grandes cidades do país. Diferentemente dos textos de Chaves, os textos de Saia (1963) e Wilhelm (1963) retratam não apenas a contradição, mas o trânsito entre diferentes maneiras de encarar as relações entre colonização e subdesenvolvimento, e entre o particular e o comum.

Considerando a ideia de que a miscigenação é fundamental para o Brasil, cabe a pergunta: o que é ser brasileiro? Naquele momento, a identidade brasileira parecia ser definida mais pela negação do que pela afirmação: brasileiros não eram europeus, tampouco eram africanos ou indígenas. Havia categorias que procuravam dar conta de contar a história de um país que chegava à década de 1960 cada vez mais industrializado e urbanizado: caipira, nordestina, negra. Do outro lado, porém, estavam aqueles que operavam tal categorização, que viam a si mesmos como o grupo representante daquilo que era supostamente universal, mas que, nos dias de hoje, chamamos urbano, sudestino e branco.

Foucault e Mbembe nos permitem afirmar que os corpos, tanto quanto os espaços — e também através do controle dos espaços — se tornam objetos submetidos ao controle de outro, ao exercício do poder. Também nos permitem afirmar que o discurso é produto do poder, elemento de sustentação e elemento de reprodução do poder. Os corpos são submetidos à mesma lógica que rege a ocupação dos espaços e que condiciona, com frequência de forma extremamente violenta, a ocupação do espaço pelos corpos. Os corpos se tornam, sob esse ponto de vista, também registro da história da ocupação do território..

## REFERÊNCIAS

- AB’SABER, A. O sítio urbano inicial da aglomeração paulistana. *Acrópolis*, ano 25, n. 295/296, p. 205-208, 1963a.
- AB’SABER, A. Originalidade do sítio da cidade de São Paulo. *Acrópolis*, ano 25, n. 295/296, p. 239-246, 1963b.
- ANDRADE FILHO, O. Um artista plástico do folclore paulista. *Habitat*, ano 12, n. 69, p. 49-50, 1962.
- ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos Cebrap*, v. 8, n. 1, p. 103-127, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Q6C6w9vg93LQdtC5VK8crrm/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 26 jul. 2023.

- ARRUDA, F. F.; CHAVES, A. Gens da fundação do Brasil. *Acrópole*, ano 22, n. 259, 1960.
- ARTE brasileira, museu e escola. *Habitat*, ano 11, n. 60, p. 2, 1960.
- AS CULTURAS no continente africano. *Habitat*, ano 12, n. 66, p. 47-49, 1961.
- CARDOZO, J. Um tipo de casa rural do antigo Distrito Federal e estado do Rio. *Módulo*, ano 7, n. 29, p. 1-23, 1962.
- CHAVES, A. [sem título]. *Acrópole*, ano 22, n. 258, 1960a.
- CHAVES, A. Alcântara: monumento histórico nacional. *Acrópole*, ano 22, n. 255, p. 101-104, 1960b.
- CHAVES, A. Arraial D'Ajuda, satélite de Porto Seguro. *Acrópole*, ano 23, n. 265, 1960c.
- CHAVES, A. As estradas imperiais do café. *Acrópole*, ano 26, n. 305, p. 38-41, 1964.
- CHAVES, A. As ruínas históricas de Bertioaga. *Acrópole*, 23, n. 266, p. 76-78, 1960d.
- CHAVES, A. Bananal, vetusta cidade paulista. *Acrópole*, ano 22, n. 263, 1960e.
- CHAVES, A. Catedral de S. Miguel, capital de Sete Povos. *Acrópole*, ano 22, n. 262, 1960f.
- CHAVES, A. Costumes desaparecidos. *Acrópole*, ano 23, n. 268, 1961a.
- CHAVES, A. Delmiro Gouveia: profeta e industrial nordestino. *Acrópole*, ano 23, n. 275, p. 396-398, 1961b.
- CHAVES, A. Estrada de ferro Madeira-Mamoré: esplendor e decadência da estrada da borracha. *Acrópole*, ano 23, n. 268, p. 155-158, 1961c.
- CHAVES, A. Itaimbezinho, fascinante "canyon" brasileiro. *Acrópole*, ano 22, n. 260, 1960g.
- CHAVES, A. Monumento aos mortos da Guerra do Paraguai em Florianópolis. *Acrópole*, ano 22, n. 264, 1960h.
- CHAVES, A. Morro da Queimada, em Ouro Preto. *Acrópole*, ano 22, n. 261, 1960i.
- CHAVES, A. Nossa Senhora da Vitória. *Acrópole*, ano 23, n. 267, 1961d.
- CHAVES, A. Praia de Torres, pérola do Atlântico Sul. *Acrópole*, ano 23, n. 266, p. 3, 1960j.
- CHAVES, A. Ruínas de São João, um dos Sete Povos. *Acrópole*, ano 22, n. 262, p. 286-287, 1960k.
- CHAVES, A. São Luiz de Maranhão. *Acrópole*, ano 22, n. 255, p. 3, 1960l.
- CHAVES, A. Sururu, prato típico alagoano. *Acrópole*, ano 23, n. 270, 1961e.
- CONHEÇAMOS o Brasil. *Acrópole*, ano 12, n. 154, p. 3, 1959.
- ENFIM, o monumento a Caxias. *Habitat*, ano 11, n. 61, p. 51, 1960.
- FERREIRA, E. D.; BRILL, A. Velha Dama à Beira-Mar Sentada, Paraty pretende ser paulista. *Habitat*, ano 12, n. 69, p. 2-4, 1962.
- FOLGUEDO popular do ciclo de Natal/Folia de Reis, com palhaços mascarados. *Habitat*, ano 12, n. 66, p. 50-52, 1961.
- KARMANN, E. Primitivos do Vale do Paraíba. *Habitat*, ano 12, n. 68, p. 50-54, 1962.
- LEMOS, C. Capelas alpendradas de São Paulo. *Acrópole*, ano 22, n. 260, p. 202-204, 1960a.
- LEMOS, C. Capelas alpendradas de São Paulo (conclusão). *Acrópole*, ano 22, n. 261, p. 238-240, 1960b.
- LEMOS, C. Partido arquitetônico paulista em Goiás. *Acrópole*, ano 23, n. 274, p. 361-363, 1961.
- LIMA, R. T. Um folguedo popular paulista do século XVIII: caiapó, síntese de tradições europeias, bandeiristas e indígenas. *Habitat*, ano 12, n. 64, p. 48-49, 1961.
- LIMA, R. T.; DELLA MONICA, L.; PEIXE, G.; PELLEGRINI FILHO, A.; RABAÇAL, A.; SETTI, K. Cerâmica folclórica do bairro de São Francisco. *Habitat*, ano 12, n. 64, p. 60-61, 1961.

- LOPÉZ-DURÁN, F. *Eugenics in the Garden: Architecture, Medicine, and Landscape from France to Latin America in the Early Twentieth Century*. 2019. 263 f. Thesis (PhD History and Theory of Architecture) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 2019.
- M'BOY, C. Arte erudita e a cerâmica caipira. *Habitat*, ano 11, n. 61, p. 58-61, 1960.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1, 2018 [2003].
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- PAULO Afonso, redenção do Nordeste. *Acrópole*, ano 23, n. 269, 1961.
- PELLEGRINI FILHO, A. Figuras de presépio do Vale do Paraíba. *Habitat*, ano 11, n. 62, p. 56-59, 1960.
- RABAÇAL, A. J. Figurinhas e figureiros do bairro de São João. *Habitat*, ano 11, n. 63, p. 51-53, 1961.
- REITHLER, P. Campanários e sinos. *Acrópole*, ano 22, n. 258, p. 127-129, 1960a.
- REITHLER, P. Campanários e sinos (conclusão). *Acrópole*, ano 22, n. 259, p. 178-180, 1960b.
- REZNIK, J. Redução de São Miguel, a Rainha dos Sete Povos. *Módulo*, v. 5, n. 23, p. 16-21, 1961.
- SAIA, L. Notas para a teorização de São Paulo. *Acrópole*, ano 25, n. 295/296, p. 209-222, 1963.
- SANTOS, A. L. M. O genocídio do negro brasileiro: Uma (re)leitura para espaços-tempos de pandemia. *Portal Geledés*, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-genocidio-do-negro-brasileiro-uma-releitura-para-espacos-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 21 out. 2021.
- TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos Cebrap*, v. 35, n. 1, p. 93-109, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMp-VZWPJ7XswRRbj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 jul. 2023.
- TEIXEIRA, M.; DELLA COLETTA, R.; WIZIACK, J. Bolsonaro, Guedes e empresários vão ao STF para pressionar pelo fim do isolamento contra coronavírus. Folha de *S.Paulo*, São Paulo, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/bolsonaro-guedes-e-empresarios-va-ao-stf-para-pressionar-pelo-fim-do-isolamento-contr-coronavirus.shtml>. Acesso em 27 jul. 2023.
- VASCONCELLOS, S. Aspectos e detalhes da arquitetura de Minas Gerais. *Módulo*, ano 9, n. 38, p. 1-31, 1964.
- VIEIRA, J.G. Arte negra. *Habitat*, ano 11, n. 61, p. 29-32, 1960.
- VIEIRA, J.G. Iconografia bandeirante. *Habitat*, ano 13, n. 71, p. 27-29, 1963.
- WILHEIM, J. São Paulo: seus pontos de encontro. *Acrópole*, ano 25, n. 295/296, p. 223-238, 1963.